

# O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murtinho e Luis de Albuquerque (Mato Grosso, 1910-1950)

*The didactic labor in two primary schools: Joaquim  
Murtinho and Luis de Albuquerque (Mato Grosso,  
1910-1950)*

Silvia Helena Andrade de Brito

Doutora em educação pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Ciências Sociais da (UFMS).  
e-mail: shbrito@terra.com.br.

## Resumo

O objeto deste artigo são os Grupos Escolares Joaquim Murtinho e Luis de Albuquerque, situados no sul do antigo estado de Mato Grosso, em Campo Grande e Corumbá, respectivamente, e tem como objetivo analisar a organização do trabalho didático nos dois grupos escolares, entre os anos de 1910 a 1950. Visando reconstituir a história destas instituições, além de fontes secundárias, foram utilizados dados primários (Livros de Atas, Livros de Matrícula, Registros de Matéria, entre outros) e entrevistas com ex-professores e ex-alunos. À guisa de conclusão, pôde-se perceber em que sentido os grupos escolares representaram, para a escola estatal mato-grossense, a materialização da forma/conteúdos mais acabados, em termos de organização do trabalho didático, da escola graduada. Em outras palavras, da instituição que, na sociedade capitalista, seria responsável pela difusão da educação para todos, principalmente crianças e jovens.

## Palavras-chave

Grupos escolares. GE Joaquim Murtinho, MT. GE Luis de Albuquerque, MT.

## Abstract

The object of this article are two schools, Joaquim Murtinho and Luis de Albuquerque, situated in the south of the erstwhile state of Mato Grosso in Campo Grande and Corumbá, respectively, and has for its objective the analysis and organization of didactic labor in the two schools, between the years 1910 and 1950. With the aim of reconstituting the history of these institutions, besides secondary sources, primary sources [such as Act Registers, Matriculation Ledgers, Registers of Subject Matters, among others] and interviews with ex-professors and former students were used. As a conclusion, the meaning the school groups represented for the Mato Grosso do Sul state schooling, the materialization of the more furnished form/content in terms of didactic labor was perceived. In other words, the type of institution that in capitalist society was responsible for the diffusion of education for everyone, principally children and youth.

## Key words

Primary State Schools. Joaquim Murtinho School [MT]. Luis de Albuquerque School [MT].

## Introdução

O objeto deste artigo são os Grupos Escolares Joaquim Murtinho e Luis de Albuquerque, situados no sul do antigo estado de Mato Grosso<sup>1</sup>, nas cidades de Campo Grande e Corumbá, respectivamente. É importante ressaltar que o grupo escolar é aqui tratado na sua condição de uma das modalidades de instituição escolar que materializou, na história da educação no Brasil, a escola moderna, a saber, aquela que se organizou no interior da sociedade capitalista e que, junto a essa última vai assumindo diferentes nuances, em distintos momentos históricos dessa mesma ordem social. Nesse sentido, foi privilegiado o período que abrange a primeira metade do século XX – 1910-1950 – visto que, nesses anos, as referidas instituições escolares foram implantadas nas principais cidades daquela região (Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã), assumindo as características peculiares a uma determinada forma de organização do trabalho didático.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a organização do trabalho didático nos grupos escolares em questão, considerando o papel que essas instituições assumiram neste momento de expansão do ensino público em Mato Grosso, e como era importante, para tal, que essa nova modalidade de escola estivesse presente na região. Tem-se em vista, ainda, que o grupo escolar, por um lado, expressava a forma mais adequada de organização do trabalho didático produzida na sociedade capitalista, a escola graduada, principalmente diante da ne-

cessidade de universalização do acesso à escola primária. Por outro, representou ainda o momento histórico em que o ensino simultâneo começou a se tornar hegemônico no interior da escola estatal, pressuposto para que o citado processo de universalização se efetivasse.

Visando reconstituir a história dos grupos escolares mencionados, além de fontes secundárias<sup>2</sup>, foram utilizados dados primários<sup>3</sup> – documentos ainda existentes em acervos regionais (Livros de Atas, Livros de Matrícula, Registros de Matéria, Portarias e Offícios Expedidos e Recebidos, entre outros), bem como entrevistas com ex-professores e ex-alunos – analisados à luz das categorias escola moderna e organização do trabalho didático.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, é realizada uma rápida recuperação do contexto histórico no qual se deu o surgimento e consolidação dos grupos escolares em Mato Grosso, como parte da história das instituições escolares nesta região do Brasil, entre 1910 e 1950. Destaca-se, entre os municípios que naquele momento histórico conformavam a região sul de Mato Grosso, as cidades de Campo Grande e Corumbá. Posteriormente, na segunda parte do trabalho, serão apresentadas as informações pertinentes aos Grupos Escolares Joaquim Murtinho, em Campo Grande, e Luis de Albuquerque, em Corumbá, com o intuito de problematizar a organização do trabalho didático no interior dessas instituições escolares mato-grossenses.

## 1 Surgimento e consolidação dos grupos escolares em Mato Grosso

Remontando à história e à história da educação em Mato Grosso, no período que vai dos anos 1910 à década de 1950, trar-se-á à luz alguns elementos para a reconstrução do papel da educação e dos grupos escolares em Mato Grosso, naquele momento histórico.

Considerando-se a situação de Mato Grosso entre a década de 1870 e os anos 1910 – esse último, representando o momento histórico em que surgiram os grupos escolares no cenário educacional do estado – pode-se perceber que a região vivia uma situação peculiar. Por um lado, a pecuária extensiva paulatinamente se afirmara como a principal atividade econômica em Mato Grosso, com o esgotamento da atividade de mineração, em princípios do século XIX (ALVES, 1984, p. 85 et seq.), e continuava tendo uma presença significativa no estado, o que fazia da região um território ainda marcado pela presença de grandes latifúndios, ocupado por uma população rarefeita, principalmente em se tratando de sua zona rural.

Por outro, graças à diversificação das atividades econômicas regionais, também possuía importante fração de sua classe dominante ligada às usinas de açúcar, à indústria extrativa (principalmente a ervamate, a borracha e a poaia) e ao beneficiamento da carne bovina; ainda mais, contraditoriamente, criara as condições para o aparecimento de um homem cosmopolita, como os proprietários de estabelecimentos comerciais em Corumbá, situada na fron-

teira oeste do estado, afeitos, graças à sua atividade profissional, aos contatos estreitos e permanentes com os principais centros econômicos e sociais do Brasil, da região platina e do continente europeu. Já no começo do século XX, também no sul do estado de Mato Grosso, Campo Grande transformou-se em um significativo centro comercial, principalmente após a instalação da rede ferroviária Noroeste do Brasil, em 1914. Este processo fez deste município um importante entroncamento ferroviário e, posteriormente, rodoviário, que passou a atrair grande número de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos), além de comerciantes e fazendeiros nacionais, desencadeando, assim, um processo de modernização e de aumento populacional desta parte da região sul do estado (OLIVEIRA, 2006).

Foi nesse contexto sócio-econômico, quando a segurança pública e a posse da terra, bem como a infra-estrutura viária, ainda eram as grandes preocupações dos sucessivos governos estaduais (JACOMELI, 1998), que o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, a partir do ideário republicano da “[...] modernidade e civilização, [pensado como contraponto] [...] ao estigma da ‘barbárie’ predominante nas representações sobre o estado na época” (AMÂNCIO, 2000 apud SOUZA, 2004, p. 121), começou novo período de reestruturação e reorganização do ensino primário e secundário em Mato Grosso. Ainda segundo a justificativa que embasava a reforma iniciada em 1908, nos primeiros vinte anos do regime republicano, a instrução em Mato Grosso continuava incerta e descuidada, com poucas diferenças

em relação à época do Império. O grupo escolar, assim, foi pensado como uma possível solução para esses problemas, funcionando como pólo irradiador de um movimento de modernização da educação primária no estado. Por esse motivo, e em função do alto custo de sua instalação e manutenção, os grupos escolares foram criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso: em Cuiabá (1908), Cáceres, Poconé e Rosário Oeste (1912), no norte do estado, e em Corumbá (1908), Campo Grande (1912), Aquidauana, Miranda, Três Lagoas e Ponta Porã, no sul de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1978 apud OLIVEIRA, 2006), sendo que, nas quatro últimas cidades, foram criados nos anos seguintes, até 1927.

Concomitantemente, uma das primeiras medidas da reforma previa a renovação do quadro de professores, com a criação de uma nova Escola Normal, junto com a Escola-Modelo Barão de Melgaço, na capital do estado, Cuiabá, a fim de habilitar professores capazes de dirigir e ministrar o ensino reformado que se desejava. Para a direção desses estabelecimentos foram contratados dois normalistas paulistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kulhmann (POUBEL E SILVA, 2006, p. 218), que chegaram ao estado em 1910. O Regulamento de 1910 também reorganizou a regulamentação pedagógica, a qual emanaria por todo o estado, estabelecendo novos critérios para a instrução pública. Segundo esta legislação, o ensino primário deveria ser leigo, alunos de ambos os sexos poderiam freqüentar a escola, estabelecen-

do-se a obrigatoriedade para as crianças de 7 a 10 anos de idade. Estabelecia-se ainda que as escolas não poderiam ultrapassar os 60 alunos e o sistema de decuriões e monitores (ensino mútuo), bem como os castigos físicos, estavam proibidos (JACOMELI, 1998).

Além disso, o mesmo texto legal normatizou a ação dos grupos escolares e seu funcionamento, naqueles distritos que os tivessem. Os grupos escolares seriam escolas com oito classes seriadas (quatro para meninos e as restantes para meninas) e ficariam subordinados ao Diretor Geral da Instrução Pública e aos inspetores escolares. Complementarmente, os grupos escolares seriam fiscalizados e inspecionados pelo Presidente do estado, com a ajuda do Conselho Superior de Instrução Pública e Diretoria Geral da Instrução. Estes órgãos estabeleciam a duração das aulas (cinco horas diárias), o período de funcionamento (período único) e a contratação de professores formados, efetivada mediante concurso público.

Verifica-se, contudo, que essa política de expansão das práticas educacionais a partir do grupo escolar no estado não se deu de forma linear, e as discontinuidades na ação pública sempre estiveram presentes, expressas, por exemplo, na morosidade para a instalação dos estabelecimentos ou na grande dificuldade de se impor uma fiscalização da malha educacional. Nesse sentido, o Grupo Escolar de Corumbá<sup>4</sup>, criado em 1908, só foi instalado e começou a funcionar em 1924 (SENA, 2006). O mesmo se deu com o Grupo Escolar de Campo Grande: a Resolução n. 616, de 17 de julho de 1912, autorizou o executivo estadual a criar

um grupo escolar nesta cidade ou no ponto mais indicado no sul do estado, sem especificar, claramente, onde se localizaria a sede da escola. Assim, o Grupo Escolar de Campo Grande<sup>5</sup> só foi instalado em 13 de junho de 1922, após ter sido autorizado pela Resolução n. 866, de 03 de novembro de 1921 (MATO GROSSO, 1978 apud OLIVEIRA, 2006).

Na continuidade desses processos, a depressão que se abateu sobre a sociedade capitalista entre o final dos anos 1920 e a década de 1930, acrescidas às conseqüências da Segunda Guerra Mundial, contribuiu para dar continuidade ou iniciar algumas modificações na base produtiva do estado, sobretudo na região sul de Mato Grosso, relacionadas ao melhoramento do plantel bovino e à introdução de novas formas de criatório (cercamento e divisão das fazendas, o abandono da organização familiar e a incorporação de alguns padrões empresariais, utilização de espécies gramíneas cultivadas nas pastagens etc). Nesse contexto, a cidade de Campo Grande terminou por se afirmar como um novo pólo de desenvolvimento no sul de Mato Grosso (BRITO, 2001).

Concomitantemente, a mesma crise econômica ofereceu as condições necessárias para o soerguimento da região fronteira: assim, um conjunto de condicionantes, ocorridos entre os anos 1930 e 1950, – como as mudanças provocadas pela crise dos anos 1930 no setor pecuário, combinada a condições climáticas favoráveis e ao aumento de vendas no período de guerra; o movimento em torno da construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, a partir de

1938, além da instalação de novas indústrias na cidade, como a Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL) – provocaram um efeito multiplicador sobre as atividades produtivas em Corumbá (OLIVEIRA, 1998). De forma combinada, esses processos acabaram alavancando o surto industrial que o município conheceu a partir da segunda metade dos anos 1940, reforçado posteriormente pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste à cidade, na década de 1950. Esta incipiente industrialização, tendo sido decisiva na conformação de uma nova composição social no município, acabou por diversificar a própria malha urbana, colaborando para a expansão do ensino, público e privado, em Corumbá.

Foi dentro desse momento histórico, quando o grupo escolar, como modalidade de escola primária, já se encontrava consolidado em Mato Grosso, que se deu a criação de mais três grupos escolares em Campo Grande, a saber: General Malan (1934), Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli (1955) (OLIVEIRA & GONÇALVES, 2007) e, em Corumbá, o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco (1954) (BRITO, 2001; COELHO, 1978).

## **2 A organização do trabalho didático nos Grupos Escolares**

### **Joaquim Murtinho e Luis de Albuquerque**

A fim de problematizar as informações já coletadas sobre a organização do trabalho didático nas duas instituições escolares em foco, quais sejam, os Grupos Escolares Joaquim Murtinho, situado em Campo

Grande e o Luis de Albuquerque, sediado em Corumbá, é necessário inicialmente remeter-se a análise ao desvelamento da categoria organização do trabalho didático. Assim, Alves (2005), ao se referir a esta categoria, lembra que:

- no interior da ciência da história<sup>6</sup>, organização do trabalho didático é uma categoria subordinada, uma vez que se refere e é produzida no campo da educação. Nesses termos, localiza-se nos limites entre duas outras categorias centrais dentro dessa perspectiva teórico-metodológica, a saber, “[...] trabalho e organização técnica do trabalho, e as implica” (ALVES, 2005, p. 10);
- assim, sendo a categoria trabalho é fundamental para a compreensão de como se organizam as relações sociais em dada sociedade, e considerando que as formas e conteúdos assumidos pelo trabalho são históricas, da mesma forma se pode dizer que cada modo de produção produz formas históricas de organização do trabalho didático, correspondentes às funções assumidas pela educação em dado contexto histórico;
- nesses termos,

[...] no plano mais genérico e abstrato, qualquer forma histórica de organização do trabalho didático envolve, sistematicamente, três aspectos:

- a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educando(s), de outro,
- b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os

conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento,

c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre. (ID., p. 10-11. Os grifos são do autor)

Considerando esses três aspectos, qual a organização do trabalho didático inscrita nos grupos escolares mato-grossenses, particularmente nas duas instituições em apreço, neste momento histórico? Em se tratando de relação educativa, o que marcou e marca a escola moderna, aquela que se efetivou na sociedade capitalista, é o ensino simultâneo. Nela são confrontados uma dada forma histórica de educador, o professor, e uma dada forma histórica de educando, o aluno médio, ou seja, pensado como coletivo relativamente homogêneo (LANCILLOTTI, 2008). Essa proposta, expressa, desde o século XVII, na obra de João Amós Comenius, foi imprescindível para permitir que a escola chegasse a todos, visto que o ensino simultâneo pressupunha o barateamento da escolarização em dois sentidos: tornava desnecessária a figura do preceptor, o educador típico do mundo medieval, e possibilitava a utilização de um profissional cuja formação e trabalho seriam simplificados, uma vez que se dirigiriam a um coletivo de educandos/alunos, simultaneamente, com economia de tempo, espaço físico e esforços (ALVES, 2001). Por isso o grupo escolar, como materialização mais desenvolvida do ensino simultâneo, espalhou-se, inclusive em Mato Grosso. É interessante notar ainda que, por força das necessidades impostas pela universalização da escola estatal, tanto no Joaquim Murtinho (OLIVEIRA, 2006) como no Luis

de Albuquerque funcionaram, desde a sua implantação, as quatro séries do ensino primário (SENA, 2006), posteriormente incluindo a 5ª série, também conhecida como curso de admissão ou curso complementar. Além disso, apesar da proposta inicial enfatizar que os grupos escolares funcionariam em apenas um turno, os dois grupos escolares já contavam com três turnos (Joaquim Murtinho) e dois turnos (Luis de Albuquerque), em meados dos anos 1950, o que naturalmente supunha uma flexibilização para menos da carga horária de ensino, visando atender a uma clientela cada vez mais abrangente.

Continuando a tratar do ensino simultâneo, no Luis de Albuquerque as atividades escolares eram conduzidas conforme as disposições da pedagogia tradicional<sup>7</sup> – com presença marcante em todo esse período – onde se destacava a figura do professor que expunha e interpretava a matéria, tendo como principal recurso a palavra (exposição oral). O ato de fazer exercícios repetitivos destinava-se a que os alunos pudessem gravar o conteúdo, que depois seriam avaliados nas provas: o professor falava em voz alta e os alunos repetiam, ou seja, recebiam as informações e tinham como tarefa decorá-las (BRITO & SENA, 2006)<sup>8</sup>.

Sentados em carteiras duplas enfileiradas e fixadas no chão, os alunos escutavam a exposição oral do professor, enquanto este último procurava sempre partir da exploração do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, conforme dispunha o método intuitivo<sup>9</sup>, já em uso nas instituições paulistas (SOUZA, 1998, p. 158).

Apesar de o método intuitivo ser uma das diretrizes pedagógicas que marcou o momento de criação dos grupos escolares, ainda era predominante o caráter verbal da aprendizagem, e por isso os recursos mais utilizados em sala de aula eram basicamente o quadro negro e o giz (BRITO & SENA, 2006).

Neste ponto pode-se destacar o segundo aspecto da organização do trabalho didático nos grupos escolares, isto é, os materiais didáticos. Remetendo a discussão novamente a Comenius, a preocupação de ensinar tudo a todos que dirigia os esforços daquele educador morávio implicou, como visto anteriormente, na simplificação e objetivação do trabalho didático, originando a figura do professor. Ora, esse processo incluiu, por um lado, a instauração da divisão do trabalho no interior da escola (um professor especializado, que veio atender um determinado coletivo de alunos, agrupados em séries) e, por outro, levou também à simplificação dos instrumentos de trabalho do professor, principalmente pela criação do manual didático. Mais uma vez Comenius lembrava a necessidade de barateamento dos custos da instalação das escolas, visto que o manual didático permitiria a qualquer homem mediano assumir as tarefas do professor, sem pressupor a demorada e onerosa preparação que fora exigida para o preceptor medieval (ALVES, 2001). Nos grupos escolares, contudo, segundo Souza (1998, p. 167),

[...] o método intuitivo implicou a necessidade de vasto material didático. Porque a concepção de ensino-aprendizagem pressuposta no mesmo, considerando-se a

natureza infantil, os sentidos e o ensino concreto, reclamava outras linguagens para transmissão do conhecimento além da usual “palavra do mestre”. Surge o imperativo da imagem, da manipulação de objetos, isto é, de uma nova “pedagogia do olhar”, uma nova “pedagogia dos sentidos”.

Nestes termos, é interessante notar que:

1. conforme é destacado pelos insistentes apelos de diferentes diretores das duas instituições ao longo de todo este período, tanto no Luis de Albuquerque (MATO GROSSO, 1932), como no Joaquim Murtinho (MATO GROSSO, 1931), era premente a falta de outros materiais didáticos que o giz, quadro-negro e o livro didático. Como expressão da escola moderna, portanto, o grupo escolar vinha ao encontro do pressuposto comeniano e do necessário barateamento da escolarização, por meio de um trabalho didático simplificado e objetivado. Frente às prioridades da ação estatal nesse período histórico, o livro didático ainda era adquirido pelo aluno<sup>10</sup>, caso possuísse recursos para tal; ou, simultaneamente, manuseado pelo professor e repassado ao aluno sob a forma de pontos, copiados na lousa para os alunos das séries iniciais, ditados para os alunos das séries finais, como relatam ex-professores do Luis de Albuquerque (ENTREVISTAS A; B; D, 2005). Dessa forma, o ensino nesses estabelecimentos permaneceu “[...] nos moldes da memorização, do partir do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido, no qual os alunos deveriam apenas aprender e o profes-

sor, ensinar” (ALVES, 1994, p. 103), não sendo de se estranhar que o material didático disponível no grupo escolar tenha se resumido ao quadro-negro, giz e, principalmente, ao livro didático;

2. mesmo a insistência do uso da “pedagogia do olhar” ou “pedagogia dos sentidos”, implícita nos pressupostos do método intuitivo e que depois também seria preocupação do escolanovismo com os métodos ativos, não parece ter abalado, no contexto do trabalho didático, a centralidade da “palavra do mestre”, ou a importância de sua autoridade na condução do processo de aprendizagem do aluno. Essas preocupações, que implicariam em alguma medida num ajustamento do ensino às características individuais dos alunos, não alcançaram o eco desejado nos limites do ensino simultâneo. Nas palavras de uma ex-professora do Luis de Albuquerque, o professor era a “autoridade máxima do saber” (ENTREVISTA A, 2005), pois ele representava o profissional habilitado a atuar na escola agrupada. Além disso, no contexto de um trabalho didático crescentemente objetivado e simplificado pela mediação do livro didático – e não por acaso sua importância vai crescendo para o trabalho do professor – pode-se dizer que essa suposta autoridade foi arrebatada na medida mesma em que se intensificava a presença do livro didático em sala de aula.

Ainda sobre o processo de objetivação e simplificação do trabalho didático, é importante lembrar de outros componentes, como os currículos e programas. Esses pas-

saram, de forma progressiva, das mãos dos agentes educacionais – professores, diretores e supervisores escolares – para a responsabilidade e decisão do Estado, por meio da padronização dos currículos e programas, bem como de controle do material didático, sobretudo o livro escolar, como declara uma ex-diretora do Luis de Albuquerque (ENTREVISTA B). Tal tendência, contudo, se esboçará com mais clareza na organização do trabalho didático em Mato Grosso, nos anos vindouros, já em meados dos anos 1950, como aconteceu em todo o país.

Quanto ao espaço físico, uma das premissas para a instalação dos grupos escolares, e um dos itens que tornou mais onerosa a sua expansão, essa se expressava exatamente na necessidade de construção de um prédio próprio, ou melhor, especialmente destinado à atividade educacional, que até então se fizera, majoritariamente, em espaços físicos adaptados ou mesmo na casa do professor. Assim, não é fortuito, como observa Oliveira (2006), que o regime disciplinar identificador do grupo escolar estivesse presente na própria estrutura do prédio da instituição escolar, como foi o caso no Joaquim Murtinho, segundo atesta o depoimento de uma de suas diretoras, Maria Constança de Barros Machado:

Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre os meninos e meninas dava-se apenas nas festas li-

terárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-los. E olhe que naquele tempo as classes tinham até 50 e 60 alunos. Quando havia uma classe mista, os meninos e as meninas eram muito vigiados, para que não se comunicassem entre si. (ROSA, 1990, p.65-6).

Da mesma forma, a edificação do Luis de Albuquerque se destaca entre as outras construções contemporâneas em Corumbá, com sua arquitetura neoclássica francesa. Localizado no centro da cidade, em frente à Praça da República e próximo à Igreja Nossa Senhora da Candelária, ele se inseriu naquele espaço como uma escola tipicamente urbana, como um dos mais significativos prédios públicos<sup>11</sup> do município. Da mesma forma

Seu prédio foi construído em forma de “L”, abrigando o porão e dois pavimentos, um térreo e outro superior. Com salas de aula amplas, com boa iluminação e ventilação, proporcionada pelas longas janelas predispostas na fachada principal e lateral do prédio. Nas paredes das classes pinturas decorativas semelhantes aos desenhos das classes do Palácio da Instrução de Cuiabá. Os corredores são amplos, o que facilitava a circulação dos alunos. [...] No nível térreo destinava-se às salas para meninas e no nível superior aos meninos. (SENA, 2006, p. 26)

Note-se, contudo, que o aspecto portentoso desses edifícios, afora sua presença marcante no espaço público citadino, também representou, na escolha do estilo arquitetônico neoclássico, uma preocupação em tornar essas construções mais adequadas a uma utilização para programas de grande porte, visando obter melhores resultados em termos de circulação, ventilação e

iluminação dos espaços (CORDEIRO, 1995). Em outras palavras, adequá-los a essa nova necessidade de atender a coletivos de alunos, na perspectiva que se impunha com a escola agrupada. Esse espaço físico, contudo, não era ainda aquele que se ajustaria à escola moderna, principalmente quando se intensificou o seu processo de universalização, a partir de meados dos anos 1970: dada a imperiosa determinação de propiciar o acesso de todos à escola estatal, impõe-se um estilo arquitetônico padronizado, passível de aliar grandes dimensões aos imperativos de edificações simplificadas em termos de processo construtivo, “[...] uma tendência para a produção em série e sofisticação tecnológica (IDEM).”

## Conclusão

Pelo exposto, pôde-se perceber em que sentido os grupos escolares, na região sul de Mato Grosso, representaram, para a escola estatal, a materialização da forma/conteúdos mais acabados, em termos de organização do trabalho didático, da chamada escola moderna. Em outras palavras, da instituição que, na sociedade capitalista, seria responsável pela difusão da educação para todos, principalmente crianças e jovens.

Assim, foi nesse momento histórico, com a implantação da escola graduada: 1. que se fincou de forma gradativa na região, em termos de ensino estatal, a organização do trabalho didático que tornou específica a relação educativa na escola moderna, com a objetivação e a divisão do trabalho didático, que esteve também na base do

processo de organização dos grupos escolares; 2. que se implantou, no ensino estatal mato-grossense o que, desde o final do século XIX e início do século XX já vinha acontecendo, por exemplo, nas maiores instituições salesianas de ensino do sul de Mato Grosso, situadas em Corumbá (Colégio Santa Teresa, implantado em 1899 e Colégio Maria Auxiliadora, criado em 1904), ou seja, o ensino graduado.

## Notas

<sup>1</sup> Esta região conformará, a partir de 1979, o atual estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, situado em Campo Grande, foi objeto de pesquisa em trabalhos apresentados por Oliveira (2006) e Oliveira & Gonçalves (2007), utilizados neste artigo.

<sup>3</sup> Trata-se de pesquisa documental realizada no acervo do extinto Grupo Escolar Luis de Albuquerque, de Corumbá, entre os anos de 2004 a 2006, pelo então bolsista de iniciação científica Divino Marcos de Sena (2006).

<sup>4</sup> “Depois de instalado, o Grupo Escolar, por meio do Decreto Presidencial n. 669, de 5 de junho de 1924, passou a denominar-se Luis de Albuquerque, uma menção ao fundador da cidade de Corumbá” (SENA, 2006, p. 23).

<sup>5</sup> O nome da escola foi alterado para Joaquim Murtinho (1848-1911), numa homenagem a esse mato-grossense nascido em Cuiabá que foi médico, professor, senador e Ministro da Viação e Fazenda na gestão presidencial de Campos Sales (MENDONÇA, 1971), pelo mesmo Decreto n. 669, de 5 de junho de 1924 (MATO GROSSO, 1978 apud OLIVEIRA, 2006).

<sup>6</sup> “Mesmo sendo discutível essa denominação conferida por Marx e Engels (1986) em especial porque, depois de utilizá-la, a suprimiram quando da revisão do texto de *A ideologia alemã*, ainda é preferível em face de outras expressões alternativas como marxismo ou materialismo histórico. Marxismo insinua as idéias de adesão incondicional a uma escola e fidelidade absoluta aos textos de Marx, enquanto materialismo histórico surgiu já no bojo

do processo de emergência do materialismo vulgar e como sua expressão mais acabada. Só para problematizar a dificuldade que cerca o emprego dessa expressão, afirma-se que Marx jamais a utilizou em seus escritos. Ciência da história, por seu turno, implica a radical revelação da historicidade das obras humanas, inclusive da própria concepção que a preside, bem como da forma de produzir conhecimento que lhe é pertinente." (ALVES, 2005, p. 3. Os grifos são do autor).

<sup>7</sup> De acordo com Saviani (1985, p. 9-11; 47-49) a pedagogia tradicional, constituída historicamente após a Revolução Industrial, implicava uma determinada forma de organização da escola centrada na figura do professor, o qual teria o papel de transmitir, "(...) segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhe são transmitidos." Na prática escolar, a memorização era utilizada como uma das formas de assimilação do conhecimento. Esta foi a mais difundida teoria pedagógica que fundamentou a escola brasileira, até os anos 1930, e mesmo depois, apesar da grande difusão do escolanovismo.

<sup>8</sup> Entre os recursos utilizados para reforçar a memorização dos pontos pelo aluno ainda estava a palmatória, que também fazia parte da rotina, segundo afirma Magali Baruki, aluna da escola nesse período, apesar dos castigos físicos terem sido proibidos na educação pública mato-grossense, desde

o Regulamento da Instrução Pública de 1896 (JACOMELI, 1998, p. 134): "A escola fazia parte do sistema autoritário de então. Eu me lembro da palmatória que ficava pendurada perto da lousa, para ser usada nas competições entre meninos e meninas." (ROSA, 1990, p.112)

<sup>9</sup> O método intuitivo vinha sendo difundido em Mato Grosso, desde o final do século XIX, constituindo-se inclusive orientação oficial de diversos regulamentos que nortearam a instrução pública na Região. Baseava-se no entendimento de que as lições de cousas deveriam sobrepor-se sobre o verbalismo, devendo o professor ater-se mais ao caráter prático, concreto da aprendizagem, e menos ao seu aspecto intelectual. Cf. Jacomeli, 1998, p. 88 et. seq.

<sup>10</sup> Deve-se recordar que não se colocava ainda, nesses anos, a questão do fornecimento de material didático para o aluno via Estado, que hoje aparece como atividade indutora importante para a manutenção das atividades produtivas de uma dada parcela do mercado, a indústria gráfica. A esse respeito cf. ARRUDA & SILVEIRA, 2003.

<sup>11</sup> Segundo Souza (1998, p. 124 apud Sena, 2006, p. 26), "aliás, essa era a característica que estava ocorrendo em todo o Brasil, onde a construção dos grupos escolares se dava próximo à câmara municipal, igrejas, praças (muita das quais com denominação de Praça da República), cadeia e palacetes, destacando como um dos mais bonitos prédios públicos".

## Referências

ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea. Campinas: Autores Associados; Campo Grande: UFMS, 2001.

\_\_\_\_\_. Mato Grosso e a História: 1870-1929 – ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem.1984.

\_\_\_\_\_. O trabalho didático na escola moderna: formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

ALVES, Laci Maria Araújo. O processo de expansão escolar em Mato Grosso (1910-1946): uma abordagem histórica. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT, Cuiabá, 1994.

AMÂNCIO, Lázara N. B. Ensino de leitura na escola primária de Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional do século XX. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp/Marília, 2000.

ARRUDA, Élcia Esnarriaga; SILVEIRA, Giovani Silveira da. O impacto da expansão escolar no mercado de material didático-pedagógico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 6. 2003, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp, 2003.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de. Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas, 2001.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de; SENA, Divino Marcos de. Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1930-1970). In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 8. 2006. Anais... Cuiabá: UFMT, 2006. p. 1-15.

COELHO, Walmir. Incidências educacionais no desenvolvimento histórico de Corumbá nos últimos 200 anos. Corumbá: 1978.

CORDEIRO, Caio Nogueira H. Arquitetura escolar de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiras aproximações. Intermeio, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 16-24, 1. sem. 1995.

ENTREVISTAS A; B; D (depoimentos orais). Entrevistador: Divino Marcos de Sena. Corumbá: UFMS, 2005. 8 fitas cassetes (480 minutos).

JACOMELI, Mara Regina Martins. A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. A constituição histórica do processo de trabalho docente. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes. Catálogo n. 1, Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho. Cuiabá: 1978.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública, em 29 de agosto de 1931. Cuiabá: 1931.

\_\_\_\_\_. Grupo Escolar Luis de Albuquerque. Livro de Registro de Cópias de ofícios e ofícios circulares, expedidos pelos diretores do GELA: período: 27/2/1924 a 07/5/1932. Corumbá: 1932.

MENDONÇA, Rubens de. Dicionário biográfico mato-grossense. 2.ed. Cuiabá: 1971.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande: UFMS, 1998.

OLIVEIRA, Regina Teresa Cestari de. Os grupos escolares no sul do estado de Mato Grosso como parte da política educacional (1910-1950). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7, 2006, Campinas, SP. Anais... Campinas: HISTEDBR; Unicamp, 2006. p. 1-25.

OLIVEIRA, Regina Teresa Cestari de; GONÇALVES, Arlene da Silva. A educação primária no sul do estado de Mato Grosso: organização e expansão dos grupos escolares em Campo Grande – 1910-1950. In: JORNADA DO HISTEDBR, 7, 2007, Campo Grande, MS. Anais... Campo Grande: HISTEDBR, 2007. p. 1-20.

POUBEL E SILVA, Elisabeth. O florescer de uma cultura escolar no ensino mato-grossense. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 215-32.

ROSA, Maria da Glória. Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 1990.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 6.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

SENA, Divino Marcos de. A organização do trabalho didático-pedagógico no Grupo Escolar Luis de Albuquerque (1950-1970). Corumbá: 2006. Relatório de Iniciação Científica/PIBIC/UFMS-CNPq.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 109-61.

\_\_\_\_\_. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

**Recebido em 30 de abril de 2008.**

**Aprovado para publicação em 26 de maio de 2008.**

